



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 16/XV/ 1.ª SL

Aos 28 dias do mês de setembro de 2022, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### Presencial

##### 10h00

Audição da Direção do Algarve Biomedical Center (ABC), a requerimento do PSD;

##### 11h00

1. Apreciação e votação da ata n.º 15, de 21 de setembro;
2. Distribuição de iniciativa para efeitos de elaboração de parecer - [Projeto de Lei n.º 309/XV/1.ª \(BE\)](#) - «Medidas para melhorar o acesso a juntas médicas e agilizar a emissão do atestado médico de incapacidade multiuso»  
Deputado Relator: (PS);
3. Discussão e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.º [71/XV/1.ª \(BE\)](#) - «Altera as atividades específicas associadas a compensação em unidades de saúde familiar, de forma a eliminar discriminações de género na prática clínica» e n.º [88/XV/1.ª \(PAN\)](#) - «Elimina a discriminação de género nos critérios de compensação associada às atividades específicas dos médicos»;
4. Discussão e votação na especialidade do [Projeto de Resolução n.º 138/XV/1.ª \(L\)](#) - «Recomenda ao Governo a criação de um Programa “Regressar Saúde” dirigido especificamente a profissionais de saúde»;
5. Discussão e votação do [Requerimento apresentado pelo PAN](#) para audição do Ministro da Saúde e da Direção da Associação Portuguesa dos Técnicos Auxiliares de Saúde, sobre o processo de criação da carreira de técnico auxiliar de saúde;
6. Discussão e votação do [Requerimento apresentado pelo BE](#) para audição urgente do Ministro da Saúde, sobre o encerramento de maternidades e urgências de obstetrícia/ginecologia no Serviço Nacional de Saúde;
7. Outros assuntos.



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 16/XV/ 1.ª SL

---

10h00

Audição da Direção do Algarve Biomedical Center (ABC), a requerimento do PSD;

O Presidente começou por cumprimentar e agradecer a presença do Presidente da Direção do Algarve Biomedical Center (ABC), Nuno Marques, da Vice-Presidente da Direção da ABC, Inês Araújo, do Chefe de Gabinete do Presidente, Francisco Paulino e do Ex-Vice-Presidente e do ex-Diretor do curso de Medicina, Pedro Castelo Branco, enquadrando esta audição no âmbito do requerimento apresentado pelo PSD e explicando a grelha de tempos a usar, posto o que deu a palavra ao Deputado Rui Cristina para uma intervenção inicial ao que se seguiu a resposta do Dr. Nuno Marques .

Na ronda de perguntas intervieram os Deputados Jorge Botelho, Pedro dos Santos Frazão, Joana Cordeiro, João Dias e Catarina Martins, tendo no final o Dr. Nuno Marques e a Dr. Inês Araújo respondido ao conjunto das questões formuladas.

No final, o Presidente agradeceu a presença dos representantes da ABC e a disponibilidade para se deslocarem à Assembleia da República, após o que deu por encerrada a audição.

11h00

1. Apreciação e votação da ata n.º 15, de 21 de setembro;

A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

2. Distribuição de iniciativa para efeitos de elaboração de parecer - Projeto de Lei n.º 309/XV/1.ª (BE) - «Medidas para melhorar o acesso a juntas médicas e agilizar a emissão do atestado médico de incapacidade multiuso»



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 16/XV/ 1.ª SL

Deputado Relator: (PS);

O GP do PS indicou o Deputado Luís Soares como Deputado Relator.

3. Discussão e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.º 71/XV/1.ª (BE) - «Altera as atividades específicas associadas a compensação em unidades de saúde familiar, de forma a eliminar discriminações de género na prática clínica» e n.º 88/XV/1.ª (PAN) - «Elimina a discriminação de género nos critérios de compensação associada às atividades específicas dos médicos»;

O Deputado Rui Cristina propôs o adiamento do ponto 3 da Ordem do Dia, tendo o Presidente de seguida anunciado que este ponto seria então adiado para a reunião subsequente.

O Deputado João Dias referiu que deveria ser feita uma discussão prévia do texto de substituição apresentado pelos proponentes e que reunia o consenso do PS e da IL, uma vez que alterava substancialmente as iniciativas legislativas.

A Deputada Catarina Martins concordou e mencionou que a alteração da nomenclatura «vigilância» para «acompanhamento» não era uma novidade, visto que resultava das propostas de alteração apresentadas e que a mesma advinha de um consenso entre os proponentes e o PS.

4. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Resolução n.º 138/XV/1.ª (L) - «Recomenda ao Governo a criação de um Programa “Regressar Saúde” dirigido especificamente a profissionais de saúde»;

5. Discussão e votação do Requerimento apresentado pelo PAN para audição do Ministro da Saúde e da Direção da Associação Portuguesa dos Técnicos Auxiliares de Saúde, sobre o processo de criação da carreira de técnico auxiliar de saúde;

O Presidente deu nota que não estavam presentes em sala nem a Deputada Inês Sousa Real nem o Deputado Rui Tavares, pelo que sugeriu que os pontos 4 e 5 fossem adiados



## **Comissão de Saúde**

### **ATA NÚMERO 16/XV/ 1.ª SL**

para a reunião subsequente, de modo a permitir a discussão do Requerimento e do Projeto de Resolução, o que não mereceu oposição.

6. Discussão e votação do Requerimento apresentado pelo BE para audição urgente do Ministro da Saúde, sobre o encerramento de maternidades e urgências de obstetria/ginecologia no Serviço Nacional de Saúde;

A Deputada Catarina Martins apresentou o Requerimento referindo que a Comissão de Saúde ouviu em audição o Coordenador da Comissão de Acompanhamento das Urgências Obstétricas, na qual foi referido que existia um relatório com propostas para ultrapassar os constrangimentos nas urgências, porém o relatório nunca foi entregue na Assembleia da República. Mencionou ainda que, foi tornado público que no relatório se previa o encerramento de maternidades, pelo que o BE requeria a audição, com carácter de urgência, do Ministro da Saúde.

O Deputado Luís Dias afirmou que o PS iria votar contra o Requerimento, uma vez que a Assembleia da República tinha a responsabilidade de discutir factos concretos e não meras suposições. Acrescentou que o Ministro da Saúde tomou posse há cerca de 15 dias e que havia mencionado não ter recebido o relatório que subjaz o requerimento em discussão. Como tal, seria prudente aguardar que o Ministro da Saúde tomasse conhecimento do teor do relatório e que tivesse a oportunidade de reunir com a comissão de acompanhamento antes de prestar esclarecimentos ao Parlamento.

O Deputado Rui Cristina afirmou que o PSD iria votar favoravelmente, visto estar em causa um assunto da maior importância para o país e lamentou o veto do PS.

A Deputada Joana Cordeiro referiu igualmente que a IL votaria a favor, sublinhando que o Ministro da Saúde não era inexperiente nestes assuntos e que não necessitava do período de adaptação que referiu o PS. Questionou o PS sobre quando previa aprovar requerimentos para audição do Ministro da Saúde.

A Deputada Catarina Martins sublinhou que ainda que aprovado o Requerimento em discussão, o Ministro da Saúde não viria imediatamente ao Parlamento, por isso a



## **Comissão de Saúde**

### **ATA NÚMERO 16/XV/ 1.ª SL**

questão de adaptação ao cargo não se colocava. Aventou que o Governo iria basear-se neste relatório para proceder ao encerramento de urgências e que importava que houvesse discussão antes que qualquer decisão fosse tomada.

O Deputado João Dias secundou o que foi mencionado pela Deputada Catarina Martins, referindo que não faria sentido ouvir o Ministro da Saúde sobre um facto consumado e que o encerramento de urgências tinha consequências para outros serviços de saúde.

O Deputado Luís Dias garantiu que o PS não estava a evitar qualquer responsabilidade do Governo e que a Comissão de Acompanhamento, enquanto grupo técnico, tinha a prerrogativa de apresentar as variáveis que entendesse convenientes no âmbito das Urgências Obstétricas e sublinhou que a decisão política não estava tomada.

A Deputada Joana Cordeiro afirmou que não faria sentido constituir Comissões de Acompanhamento para não as consultar e que seria importante que o Governo explicasse o eventual encerramento de urgências de obstetrícia. Questionou igualmente quando previa o PS começar a aprovar requerimentos para audição do Ministro da Saúde.

O Deputado Luís Dias afirmou não duvidar que o Ministro da Saúde estaria no mês seguinte na Assembleia da República a fim de prestar todos os esclarecimentos necessários.

#### **7. Outros Assuntos;**

O Presidente informou os Deputados que na reunião de Mesa e Coordenadores da semana passada, ficou acordado que até à discussão do Orçamento do Estado para 2023, seriam realizadas o máximo de audições pendentes, algumas conjuntas. Informou ainda que ficou acordado que as audições individuais não teriam segunda ronda de perguntas e que o PSD prescindiu da realização das audições sobre as medidas de mitigação do contágio e combate à Covid-19.



## **Comissão de Saúde**

### **ATA NÚMERO 16/XV/ 1.ª SL**

Adicionalmente, referiu que o Grupo de Trabalho- Eventos e Deslocações já estava constituído e elencou os Deputados que o constituíam.

O Presidente informou que as audições previstas para a semana em curso: Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC) e Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA) seriam adiadas por indisponibilidade destas entidades e reagendadas para o final do mês de outubro.

Recordou que as audições aprovadas em Comissão como urgentes teriam prioridade sobre as restantes audições e seriam agendadas em primeiro lugar. Mencionou ainda que no dia 6 de outubro, seria agendada a audição do Diretor-Geral do SICAD, pelas 14h00.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a sua versão vídeo e áudio ser consultada neste [link 1](#) e [link 2](#).

Palácio de São Bento, 30 setembro 2022.

**O PRESIDENTE**



**(ANTÓNIO MALÓ DE ABREU)**



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 16/XV/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Isabel Santos (PS)  
Eduardo Oliveira (PS)  
Irene Costa (PS)  
Jorge Seguro Sanches (PS)  
Luís Soares (PS)  
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)  
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)  
Paulo Marques (PS)  
Sofia Andrade (PS)  
Susana Correia (PS)  
António Maló De Abreu (PSD)  
Fernanda Velez (PSD)  
Guilherme Almeida (PSD)  
Pedro Melo Lopes (PSD)  
Rui Cristina (PSD)  
Pedro Dos Santos Frazão (CH)  
Joana Cordeiro (IL)  
João Dias (PCP)  
Catarina Martins (BE)  
António Monteiro (PS)  
Berta Nunes (PS)  
Jorge Botelho (PS)  
Jorge Gabriel Martins (PS)  
Lúcia Araújo Da Silva (PS)  
Patrícia Faro (PS)  
Sara Velez (PS)  
Inês Barroso (PSD)  
Paula Santos (PCP)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)  
Cláudia Bento (PSD)  
Ricardo Baptista Leite (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joana Lima (PS)



**Comissão de Saúde**

**ATA NÚMERO 16/XV/ 1.ª SL**

Fátima Ramos (PSD)